

Relatório GTCON e GTREL

Entre os dias 14 e 17 de outubro foram realizados os encontros dos Grupos Técnicos de Informatização de Relatórios (GTREL) e de Contabilidade (GTCON). Nos dias 14 e 15, foram apresentados temas para discussão do GTREL e nos dias 15,16 e 17, do GTCON. O dia 15 foi pauta conjunta dos dois grupos.

No GTREL, os seguintes assuntos foram tratados: apresentação dos informes gerais, alterações no relatório de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (pertence ao RREO), discussões a respeito dos artigos 15 e 16 da LRF (estas discussões indiretamente trataram da base legal para o aumento dos Agentes Comunitários de Saúde, este aumento está amparado no artigo 17 da LRF), discussões a respeito do Anexo de Metas Fiscais e também Resultado Primário.

- Alterações do Demonstrativo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
Foi apresentado a proposta de alteração do demonstrativo, sendo que a principal mudança ocorre na apresentação das contas de receitas e seus detalhamentos.
- Artigos 15 e 16 da LRF
Este assunto vem sendo discutido a muito tempo dentro do grupo, buscando um entendimento sobre o momento que ocorre a criação, expansão e aperfeiçoamento da ação governamental, a declaração do ordenador de despesa, bem como a forma de se fazer. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN, apresentou o entendimento do TCU conforme o acordão 883/2005. Na discussão foi levantada a dificuldade, principalmente dos municípios, que tem que cumprir legislações como por exemplo pisos nacionais de categorias, mas não tem a margem exigida pela LRF, ou seja não tem como apresentar as exigências dos artigos em discussão.
- Anexo de Metas Fiscais
Neste anexo a discussão ficou em três pontos:
 - Alteração do parâmetro do % PIB para % da RCL, o relatório atual traz a coluna de % PIB, sendo que a sugestão é alterar para % RCL.
 - Inclusão no MDF de diretrizes para o calculo de projeção de receitas
 - Por fim foi discutido a possibilidade de alteração das metas fiscais, bem como quaç seria o momento e forma.
- Resultado Primário
O tema foi apresentado a luz do acordão do TCU nº 1776/2012, sendo que o ponto central foi a identificação do que compõem a Dívida Consolidada e os Demais Haveres Financeiros, sendo apresentada 8 propostas sobre estes temas.

Formatado: Fonte: (Padrão) Times New Roman, 12 pt

Formatado: Parágrafo da Lista, Com marcadores + Nível: 1 + Alinhado em: 0,63 cm + Recuar em: 1,27 cm

Formatado: Parágrafo da Lista

Formatado: Parágrafo da Lista, Com marcadores + Nível: 1 + Alinhado em: 0,63 cm + Recuar em: 1,27 cm

Formatado: Parágrafo da Lista

Formatado: Parágrafo da Lista, Com marcadores + Nível: 1 + Alinhado em: 0,63 cm + Recuar em: 1,27 cm

Formatado: Parágrafo da Lista

Formatado: Parágrafo da Lista, Com marcadores + Nível: 1 + Alinhado em: 0,63 cm + Recuar em: 1,27 cm

Formatado: Parágrafo da Lista

Formatado: Fonte: (Padrão) Times New Roman, 12 pt

No GTCON, os principais assuntos foram os seguintes: aspectos de contabilização dos rendimentos negativos do RPPS, proposta de contabilização das Parcerias Público – Privadas, proposta de contabilização patrimonial dos consórcios públicos, ajustes do PCASP 2015, contabilização de retenções, cessão de bens. Além destes pontos, foi apresentado também o Sistema do Governo do Estado da Bahia, abordando principalmente o aspecto do regime de competência. Por último, foram apresentadas as IPC's das demonstrações contábeis.

- Contabilização de Retenções

Apesar do MCASP trazer a forma de contabilização de retenções, com base em discussões anteriores no GTCON, verificou-se que estão sendo utilizadas outras formas além da proposta do manual. A STN apresentou duas proposta, sendo que na discussão se chegou a conclusão que teria pelo menos mais uma que seria a atual, tendo em vista que nenhuma das duas é o formato que esta no MCASP. O assunto vai ser discutido através do Fórum.

Formatado: Parágrafo da Lista, Com marcadores + Nível: 1 + Alinhado em: 0,63 cm + Recuar em: 1,27 cm

Formatado: Parágrafo da Lista

- Contabilização de Cessão de Bens

O principal ponto da discussão foi quem deve registrar o bem, bem como fazer depreciação e demais ajustes, quem que esta cedendo o bem ou quem esta recebendo. A STN apresentou 3 propostas de contabilização, sendo que o assunto também vai ser discutido no Forum.

Formatado: Parágrafo da Lista, Com marcadores + Nível: 1 + Alinhado em: 0,63 cm + Recuar em: 1,27 cm

Formatado: Parágrafo da Lista

- Rendimentos Negativos do RPPS

A discussão foi polêmica, sendo que foi apresentada as 3 propostas abaixo e ainda surgiram outras, desta forma o assunto também ficou para o Fórum.

Formatado: Parágrafo da Lista, Com marcadores + Nível: 1 + Alinhado em: 0,63 cm + Recuar em: 1,27 cm

Formatado: Recuo: À esquerda: 1,27 cm, Sem marcadores ou numeração

<u>CARACTERÍSTICAS</u>	<u>PROPOSTA#1</u>	<u>PROPOSTA#2</u>	<u>PROPOSTA #3</u>
<u>Momentado reconhecimento da contribuição patronal pelo RPPS</u>	<u>No exercício do pagamento dos benefícios e aposentadorias</u>	<u>No exercício da arrecadação do recurso</u>	<u>No exercício da arrecadação do recurso</u>
<u>Separação entre os rendimentos e o principal</u>	<u>Não</u>	<u>Sim</u>	<u>Sim</u>
<u>Reconhecimento dos rendimentos positivos</u>	<u>Patrimonial e DDR, apenas</u>	<u>Patrimonial e DDR; Orçamentário na realização do investimento</u>	<u>Patrimonial e DDR; Orçamentário o na realização do investimento</u>
<u>Reconhecimentos dos rendimentos negativos</u>	<u>Patrimonial e DDR, apenas</u>	<u>Patrimonial e DDR, apenas</u>	<u>Patrimonial e DDR; Orçamentário por dedução da receita (até o limite desta) e despesa, se exceder.</u>

Formatado: Fonte: 10 pt

Tabela formatada

Formatado: Fonte: 10 pt

Formatado: Fonte: 10 pt

Formatado: Fonte: 10 pt

Formatado: Fonte: 10 pt

Formatado: Parágrafo da Lista

- Contabilização de Parcerias Público-Privadas

Foi feita uma contextualização primeiro, depois foi apresentado os Marcos Normativos e em seguida as proposta de ajustes da portaria 163 e contabilização de PPP's, sendo aceita pela maioria.

- Contabilização de Consórcios Públicos

Primeiramente foi apresentada uma conceituação referente a consórcios, bem como demonstrada a sua importância. Em seguida foi apresentada a contabilização dos consórcios, principalmente a nível patrimonial, através do MEP. Após as discussões verificou-se a necessidade de alteração da Portaria 72/2012, bem como a necessidade de aprofundar as discussões.

- Ajuste no PCASP

Apresentação das alterações do PCASP/2015 efetuadas em setembro de 2014.

- IPC de Demonstrações Contábeis

Apresentação das IPCs (do Balanço Patrimonial, DVP, Balanço Orçamentario, Balanço Financeiro e Demonstração do Fluxo de Caixa). Durante a discussão foi levantado a necessidade de elaboração dos Anexos XVI e XVII da Lei 4.320/64, que os Tribunais de Contas continuam exigindo.

Formatado: Parágrafo da Lista, Com marcadores + Nível: 1 + Alinhado em: 0,63 cm + Recuar em: 1,27 cm

Formatado: Recuo: À esquerda: 0,63 cm, Sem marcadores ou numeração

Formatado: Parágrafo da Lista, Com marcadores + Nível: 1 + Alinhado em: 0,63 cm + Recuar em: 1,27 cm

Formatado: Parágrafo da Lista

Formatado: Parágrafo da Lista, Com marcadores + Nível: 1 + Alinhado em: 0,63 cm + Recuar em: 1,27 cm

Formatado: Parágrafo da Lista

Formatado: Parágrafo da Lista, Com marcadores + Nível: 1 + Alinhado em: 0,63 cm + Recuar em: 1,27 cm

Formatado: Parágrafo da Lista

Formatado: Fonte: (Padrão) Times New Roman, 12 pt